

# 17

## **Aspectos sociais da história literária brasileira**

Otto Maria Carpeaux

Inédito em livro, o artigo é provavelmente o primeiro do crítico sobre Machado de Assis. Datado de 1943, traz reflexões de Carpeaux sobre os liames entre estilo e sociedade na configuração da obra do romancista em relação aos seus pares brasileiros.

ASPECTOS  
SOCIAIS DA  
HISTÓRIA  
LITERÁRIA  
BRASILEIRA

OTTO MARIA  
CARPEAUX

É muito promissória a aplicação dos métodos modernos de historiografia literária à literatura brasileira. Os últimos vinte anos viram uma renovação completa da historiografia literária, pela elaboração de novos processos, pedidos, em parte, à historiografia das artes plásticas e, em parte, à história da filosofia, à sociologia, e a outras disciplinas vizinhas: o “método formalista”, investigando estilos e linguagens; o “método idealista”, estudando relações ideológicas; o “método etnológico”, considerando as condições raciais e históricas; o “método sociológico”; o teorema das gerações, “biotipológico”.

À primeira vista, esses processos não parecem novos; ao contrário. Não seria que a investigação estilística renovasse as miudezas estereis dos velhos gramáticos? E o “método idealista”, as superficialidades suficientes dos historiadores de tendência política? E assim por diante, através do “slogan” positivista “clima e raça”, até ao teorema das gerações, renovando as arquivelhas “escolas literárias”? Com efeito, a aplicação precipitada de tais teoremas induz a generalizações ilegítimas, geográficas, raciais, pedantes em todo caso. Para distinguir o novo e o velho naqueles processos, é preciso distinguir as origens.

Os processos de historiografia literária por volta de 1880, vigentes até hoje entre os estudiosos um pouco atrasados, são todos de origem positivista. Pretendem explicar os fatos literários por fatos materiais, única relação que não transcende as fronteiras da ciência positiva. Deste modo, a evolução literária parece depender de fatores puramente extraliterários – fonética linguística, correntes políticas, meio físico-social, etc. –, relação subordinada ao determinismo físico. Esse determinismo físico não deixa subsistir as relações espirituais que constituem a essência de toda atividade literária. E a queda do determinismo pelas últimas descobertas físicas – teoria dos quanta, indeterminismo de Heisenberg – ameaça transformar o mundo em tecido de acasos. Nessas emergências, os historiadores das atividades espirituais voltam arrependidos, embora às vezes inconscientemente, à única filosofia do passado que sabia inspirar um sentido à história: ao hegelianismo.

Não, evidentemente, ao hegelianismo ortodoxo de Hegel, mas às suas modificações modernas – crociana, marxista, bradleyana, hartmanniana –

eliminando o esquematismo pouco elástico do mestre; guardando, porém, o sentido íntimo daquela filosofia. A identificação hegeliana dos fatores materiais e espirituais permite a consideração completa dos fatores exteriores, sem considerá-los absolutos – como o fez o positivismo; eles não passam de condições dialéticas. Deste modo, a autonomia ameaçada do espírito é reconquistada, sem passagem para o reino parnasiano de ideias absolutas.

Assim, o “método formalista” afasta-se igualmente da legislação normativa dos gramáticos e da busca estéril de “influências” alheias ou estrangeiras, acumulando alusões e citações inconscientes, buscando “fontes”. São as leis autônomas da evolução linguística que regem os trabalhos da investigação estilística, à maneira de Vossler e Spitzer, esclarecendo mentalidades diferentes de épocas inteiras e de personalidades individuais.

O “método idealista” não se limita à determinação de correntes e tendências, políticas e outras. Toda a história espiritual aparece como conjunto de filiações, ondas dialéticas que se condensam periodicamente em nós; dos quais é sobremaneira importante para a história literária sul-americana o romantismo, que era o movimento espiritual mais poderoso em toda a evolução da América Latina, o mesmo romantismo que constitui justamente o assunto predileto do “método idealista”. O outro assunto preferido dessas investigações, o barroco, é de importância igual para a pré-história literária sul-americana, da época colonial.

Os estudos “etnológicos”, nos quais justamente o nacionalismo renovou os mais velhos conceitos positivistas, já se ocupam pouco das raças físicas; apenas à maneira de introdução. O verdadeiro objeto é constituído pelas *races spirituelles* – no dizer de Benda – que se renovam também periodicamente nas gerações, conceito menos biológico do que biotipológico; tipos históricos, de atitudes diferentes diante da vida e das suas condições em mudança.

Nessas mudanças reaparece, com nova força, o fator exterior, ao qual uma atividade social, como a literatura, será sempre subordinada: o próprio fator social. Mas já não se trata da determinação mecânica duma interdependência entre correntes e revoluções sociais, dum lado, e doutro lado, transformações estilísticas. A realidade social entra nas obras literárias duma maneira muito mais poderosa: a situação social – digamos “real” – do escritor prescreve-lhe atitudes determinadas em face da sua realidade social, que aparece literariamente como “público”; produzindo,

deste modo, em autores diferentes “realidades” diferentes, decompondo a realidade “geral”, que é um fantasma, em planos bem distintos.

Na América Latina, e particularmente no Brasil, a distinção desses planos diferentes da realidade parece conveniente para substituir o conceito já um pouco antiquado da evolução literária como “busca da realidade”. “Buscando a realidade”, chegamos fatalmente a declarar “verdadeira realidade” a realidade contemporânea, atual, sem poder distinguir as diferentes tentativas de evasão literária e até política. O novo método, porém, permitirá – evidentemente, não se trata aqui de soluções, mas apenas da indicação de aspectos de problemas – estudar o papel social do romantismo sul-americano e as razões da sua sobrevivência pós-colonial, pós-independente; reconhecer a face neoclassicista, conservadora, que o simbolismo europeu adquiriu na América espanhola, como “Modernismo”. Será muito interessante a comparação desse modernismo hispano-americano com o modernismo brasileiro, de começos tão revolucionários, aparentemente, e de consequências bem diferentes; e será não menos interessante a comparação desse modernismo paulista com o pós-modernismo nordestino, expressões, dum lado, dum burguesia semicolonial em falência, e, de outro lado, dum latifundiarismo patriarcal em decomposição, com as consequências revolucionárias de tal processo.

Por mais interessantes que sejam tais estudos, são ameaçados do mesmo perigo que inutilizou os melhores esforços positivistas: da generalização precipitada. Benedetto Croce opunha-se obstinadamente a toda tentativa de escrever uma história social de literatura, alegando sempre o fato primordial de ser a história literária não história de movimentos ou de relações, mas de poetas e escritores, de indivíduos. Com efeito, a consideração unilateral das relações constitui novo absolutismo, adialético, sendo a consequência, desta vez, a confusão de valores de movimento, puramente históricos, com os valores estéticos. Chegaríamos ao resultado de reconhecer mediocridades e, às vezes, inferioridades, como importantíssimas, porque tiveram a sorte de terem surgido os respectivos indivíduos em momentos históricos. Chegaríamos à confusão diabólica das bruxas de Macbeth: “*Fair is foul and foul is fair*”. É preciso respeitar as categorias estéticas; o que exige uma aplicação individualista de todos os nossos processos.

A realidade social do indivíduo literário é determinada pela sua atitude em face do público. A atividade literária é uma espécie de

estratégia em face de reações alheias. Essa estratégia aparece no sentido mais íntimo das obras do indivíduo, reconhecível esse sentido no estilo; enquanto o resto – assunto, composição, tendência – depende, em parte, de fatores exteriores. Deste modo, a investigação da atitude social do autor é, ao mesmo tempo, um processo de investigação estilística.

Mas não se trata da posição social do indivíduo literário, que é também um fenômeno externo, determinado por fatores demais para constituir um fato cientificamente determinável; e, além disso, a estrutura social da América Latina não permitiu, até hoje, a diferenciação de classes intelectuais diferentes – a generalização precipitada de Luis Alberto Sánchez não passa da distinção superficial de “aristocratas” e “populares”. Será mais exato, mais justo, reconhecer certo determinismo na estrutura social sul-americana, e considerar principalmente a origem social dos escritores, classificando-os em tipos de reação social.

Até hoje, não dispomos de uma tipologia dessas. A de Dilthey, em idealistas e realistas, é geral demais. A de Sakouline, historiador russo, não se aplica bem a outras circunstâncias. A de Max Weber, visando a reações econômicas, supera as outras, pelo menos quanto ao próprio processo de construir os tipos: *a priori* à realidade, “tipos ideais”, construídos não para fins de classificação, mas de verificação posterior. A devida aplicação dá logo quatro tipos: o latifundiário pastoril; o latifundiário sedentário, p. ex., açucareiro; o representante da *gentry*, “pequena aristocracia” rural, já semiaburguesada; e o pequeno-burguês urbano. Fica em dúvida a existência do verdadeiro proletário. E – bem entendido – quando falamos de literatura, que não é atividade própria de latifundiários ou pequenos-burgueses, trata-se sempre de filhos. As gerações literárias chegam sempre um pouco tarde.

Não podemos tratar, evidentemente, de desenvolver aqui uma tipologia social dos escritores brasileiros, nem sequer limitando-nos ao passado. Devem bastar algumas alusões, coordenando àqueles “tipos ideais” algumas individualidades. Aparecem José de Alencar e Joaquim Nabuco como tipos de latifundiários: aquele, do latifundiário pastoril, desempenhando o papel do “rei de pastores” da teoria de P. Wilhelm Schmidt; este, do latifundiário “sedentário”, tipo do *gentleman* rural e liberal. Ao tipo social arcaico de Alencar, tipo que precede às civilizações sedentárias, corresponde o arcaísmo intencional da sua mentalidade, o indianismo artificial; enquanto o liberalismo conservador de Nabuco o coloca muito bem ao lado dos seus vizinhos espirituais, dos *gentlemen*

rurais, liberais, da Inglaterra. Euclides da Cunha representa a burguesia rural, mais modesta, espécie de *gentry* brasileira, pronta para se urbanizar; mentalidade “catastrófica”, inclinada a visões de dimensão cosmológica, que se transformam facilmente em política imperialista, e que se exprimem num estilo perto do estilo poético de Bilac. A urbanização, porém, já está pronta no tipo da pequena-burguesia das grandes cidades do litoral: é o caso de Lima Barreto, em que ao cosmologismo apocalíptico de Euclides corresponde um ceticismo voltairiano, e às veleidades imperialistas um socialismo vago, tipicamente pequeno-burguês.

Todos esses tipos têm um traço comum: são filhos. Chegam tarde demais. Exprimem literariamente estados de alma, correspondentes à situação social de seu país. Alencar é anacrônico no século liberal; Nabuco é anacrônico na República aburguesada; Lima Barreto é anacrônico na época pré-fascista. Mas o mesmo não se dá com o proletário. O homem pobre das camadas mais baixas da sociedade, no Brasil de século XIX, não é um proletário: é simplesmente um “pobre”, no sentido do socialismo pré-marxista. A origem desse homem pobre aparece proletária apenas quando ele venceu na vida, elevando-se até pertencer à elite. É o caso de Machado de Assis, que tem, na vida, todos os característicos do proletário subido da sua classe. É o único que não chegou tarde demais, mas cedo demais; porque ainda não há proletariado. Por isso, Machado de Assis não exprime, literariamente, uma realidade social, mas uma realidade individual, aparecendo ele como desvendando o segredo dos outros, como revelando implacavelmente uma realidade transitória, que em face da futura aparecerá falsa: precursor ele de toda a literatura futura. Ponto de vista para contribuir à compreensão: de que os outros dão afirmações, deixando documentos valiosíssimos; enquanto Machado de Assis deixou um valor literário, um estilo.

Publicado originalmente no número 2 da revista *Rumo*, editada pela Casa do Estudante, no Rio de Janeiro, em 1943.